

O CURSO DE SILÊNCIO: UM TESTEMUNHO DE MARIA GABRIELA LLANSOL

Fernanda Gontijo de Araújo Abreu

RESUMO

Este trabalho visa aproximar a teoria da enunciação, de Émile Benveniste, do conceito de testemunho desenvolvido por Giorgio Agambem em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, no intuito de averiguar, de forma geral, o “método biográfico” empregado no livro *Amigo e Amiga: curso de silêncio de 2004*, da escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol. Através do que Roland Barthes designa como *biografemas*, pretende-se indicar certo modo de subjetivação que ocorre à autora, à medida que ela testemunha, por via da escrita, a morte do seu companheiro amoroso, Augusto Joaquim, falecido em 2004. Relacionando os temas da morte e do silêncio à experiência com a linguagem literária, busca-se verificar de que forma a escrita pode significar uma resistência à dor ao permitir o testemunho daquilo que se silencia, ou se dessubjetiva, não só biograficamente, mas sobretudo na e pela literatura. Tendo em mente que o escritor é o sujeito ético, que, como tal, procura uma verdade que ultrapassa os limites das verdades instituídas, verificar-se-á de que maneira Llansol está em contato com uma outra forma de verdade propiciada apenas pela experiência literária.

PALAVRAS-CHAVE: Llansol. Silêncio. Enunciação. Testemunho. Biografemas

RÉSUMÉ

Ce travail vise rapprocher la théorie de l'énonciation, d'Emile Benveniste, du concept de témoignage développé par Giorgio Agambem dans *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* avec le but d'enquêter, en général, la «méthode biographique» utilisée dans le livre *Amigo e Amiga – curso de silêncio* de 2004, de l'écrivaine portugaise Maria Gabriela Llansol. À partir de ce que Roland Barthes désigne *biographèmes*, on prétend indiquer le sens de la subjectivité qui se produit à l'auteur, à la mesure qu'elle témoigne, par l'intermédiaire de l'écriture, la mort de son compagnon affectueux, Augusto Joaquim, mort en 2004. En rapportant les thèmes de la mort et du silence à l'expérience avec le langage littéraire, on cherche vérifier comment l'écriture peut signifier une résistance à la douleur, en permettant le témoignage de cela qui se silencie, ou se dessubjective, non seulement biographiquement, mais surtout dans et par la littérature. Ayant à l'esprit que l'auteur est le sujet éthique, qui, en tant que tel, cherche une vérité qui va au-delà des limites des vérités établies, on vérifiera de quelle manière Llansol est en contact avec une autre forme de vérité donnée uniquement par l'expérience littéraire.

MOTS-CLÉS: Llansol. Silence. Énonciation. Témoignage. Biographèmes

INTRODUÇÃO

Émile Benveniste (1989, p.83-84) afirma que a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por ato individual de utilização”, e que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua”. Entende-se assim que a teoria da enunciação de Benveniste pressupõe a presença do sujeito como centro do processo de linguagem. No entanto, ao discorrer sobre a “arqueologia do saber” – método pelo qual se procura verificar o conjunto das regras que determinam as ocorrências discursivas –, Foucault (1997 *apud* AGAMBEN, 2008, p.145) sugere que o sujeito é um “lugar vazio” na apropriação que faz da linguagem. Já Giorgio Agamben (2008), ao analisar a escrita testemunhal, procura verificar como o sujeito, ainda que se constituindo como um “lugar vazio” do discurso, atesta os processos de subjetivação e dessubjetivação presentes no uso da língua.

A partir dessas teorizações, tomaremos o livro *Amigo e Amiga: curso de silêncio de 2004* (2006), de Maria Gabriela Llansol, para verificar em que medida o autor, como sujeito da enunciação, pode fazer uso da palavra literária para se constituir como o sujeito da escrita. Seguindo a análise de Agamben, buscaremos esclarecer de que forma o autor é um ente de subjetivação ao mesmo tempo em que testemunha a dessubjetivação intrínseca ao processo de linguagem.

Para tanto, em um primeiro momento do nosso trabalho, relacionaremos os temas do silêncio e da morte, presentes no livro *Amigo e Amiga*, à teoria da enunciação de Benveniste, articulando-os com algumas considerações de Maurice Blanchot sobre o fazer literário. Para melhor demonstrar como a escrita está implicada no silêncio que subsiste na linguagem, passaremos por algumas noções da psicanálise, identificando na enunciação a presença do desejo como mecanismo de disjunção entre o que, de fato, se diz e o que permanece silenciado no uso mesmo da palavra.

Em um segundo momento, abordaremos a escrita testemunhal em uma articulação com a teoria da enunciação, seguindo aqui as tematizações de Giorgio Agamben. Nessa perspectiva, procuraremos verificar como, em *Amigo e Amiga*, o testemunho configura-se como escrita ética, à medida que estabelece uma peculiar relação com a noção de verdade.

Por último, iremos aos *biografemas*, termo usado por Roland Barthes para designar os rastros de vida deixados por um autor ao longo da sua obra. Associaremos o conceito de *biografemas* ao que Agamben nomeia como *resto* quando se refere à figura autoral. Para Agamben, o autor é um “sobrevivente”, já que testemunha o silêncio preexistente à língua mobilizada. Dessa forma, veremos de que maneira os *biografemas*, em uma articulação com a noção de *resto*, podem ser percebidos em *Amigo e Amiga*, considerando-se a maneira fragmentária com que a autora emprega os elementos da sua vida na escrita.

Acreditando, portanto, que no referido livro a experiência com a literatura propicia uma resistência à dor, buscaremos, de forma geral, verificar como a figura do autor exerce uma função relevante na literatura contemporânea, não se limitando ao “lugar vazio” do seu apagamento como sujeito.

O CURSO DE SILÊNCIO

À janela desta gruta, eu fico no exterior, e debruço-me dentro, mas logo reparo que todas as pequenas janelas, à volta, foram tocadas pela parte mais cruciante do meu risco _____ a mão de Nómada sobre o meu rosto inquieto, ou uma melodia que meu coração reconhecesse.

Era muito real e, em silêncio, suscitavam materialmente (a lembrança do contacto com Nómada e a melodia são duas forças desse movimento), o silenciado.

A mulher, sentada próxima da janela que menos se deslocava, começou a cogitar que a linguagem tem sempre palavras,
palavras no denso
(compacto aberto, diz ela),
palavras no vibrátil. (LLASOL, 2006, p. 89-90).

O livro *Amigo e Amiga: curso de silêncio de 2004* (2006), de Maria Gabriela Llansol, apresenta-nos o silêncio como a imagem de um curso (fluxo, caminho, aprendizado), percorrido, pela escrita, ao se abordar o tema da morte. Augusto Joaquim, figurado na obra como “Nómada”, é o amigo perdido, o companheiro amoroso da autora, falecido em 2004. Assim, o texto se desenvolve em torno da morte do “amigo”, tendo, no silêncio, o fio capaz de ligar o trabalho de escrita – ao qual a autora, perseverantemente, se dedica – ao aspecto indizível da morte. Referindo-se à morte de Nómada como “a maior experiência de dor de uma mulher resistente” (LLANSOL, 2006, p.35), a autora demonstra como, através da escrita, será possível operar um trabalho de superação pelo qual a experiência da dor poderá ser contida pela “experiência literária”¹.

Porém, ainda que se perceba no livro uma situação real de dor e de perda, não se pode dizer que a experiência literária que o atravessa configure-se como um relato tipicamente autobiográfico. Encontramos em *Amigo e Amiga* uma escrita fragmentária, sem uma linearidade narrativa, permeada de imagens que remetem a elementos de vida situados entre a memória e as figurações afetivas, o que se distancia da estrutura habitual dos textos propriamente autobiográficos.

Segundo Silvina Rodrigues Lopes (1988, p. 34), crítica literária portuguesa, “temos nos livros de Maria Gabriela Llansol matéria para pensar a biografia. Não será a biografia um ‘método’ de escrita?”. Lopes (1988, p. 34) distingue o “método biográfico” empregado por Llansol do recurso especificamente autobiográfico, ressaltando que “o ‘método’ é o mais importante, dado que ele implica por completo o abandono do universo da representação [...], confunde-se com a própria verdade que procura”.

Sobre a possibilidade de se extrair da vida a matéria biográfica da escrita, Llansol nos fala, em *Amigo e Amiga*, a partir do seu luto:

Se vós,
que participeis neste Curso sem a autoridade de uma biografia, admitirdes, por hipótese, que a morte é uma *imagem inflorescente* _____ ela será

¹ A “experiência literária” é um conceito desenvolvido por Maurice Blanchot, encontrado de forma difusa em sua obra. Esse conceito diz respeito a uma certa exigência de escrita que a própria obra literária impõe ao escritor. Como exemplo, no texto intitulado “A experiência de Mallarmé”, o autor diz haver um ponto central na obra literária capaz de atrair um escritor, levando-o a escrever. Segundo Blanchot, “Esse ponto é aquele em que a realização da linguagem coincide com o seu desaparecimento, em que tudo se fala [...], tudo é fala, mas em que a fala já não é mais do que aparência do que desapareceu, é o imaginário, o incessante e o interminável”. BLANCHOT, 1987, p. 38.

separada da sua unidade devastadora, de tal modo, que da sua corola em funil cairão folhas florais, com os hábitos de corte (2006, p. 159).

Para Llansol, a morte “biográfica” pode, pela escrita, transfigurar-se em “imagem inflorescente” e perder sua força devastadora, revelando-se como a potência sem unidade que se manifesta na superfície do texto. A transfiguração do evento real da morte em linguagem textual, pela qual há uma dissipação do fato vivido em imagens flutuantes de escrita, nos diz de uma relação mais fundamental da morte com o fazer literário.

Maurice Blanchot (1997) afirma que a morte e o silêncio são forças constitutivas da relação da literatura com a linguagem, pois cada ato de nomeação implica, na e pela linguagem, a aniquilação da coisa nomeada. Desse modo, a verdadeira questão da literatura é a relação da linguagem com a morte. A literatura tem aí seu paradoxo essencial, já que é por meio do poder do negativo, próprio da palavra, que a literatura revela o seu ser: “vida que carrega a morte e nela se mantém” (BLANCHOT, 1997, p. 323). A morte é o poder que permite à linguagem literária revelar sua ambiguidade imanente, já que a literatura o campo onde os sentidos vacilam entre a ausência e a presença, o silêncio e a palavra: “movimento que vai continuamente do nada ao tudo” (BLANCHOT, 1997, p.307):

[...] Admirável poder. Mas algo estava ali e não está mais. Algo desapareceu. Como encontrá-lo, como me voltar para o que é antes, se todo o meu poder consiste em fazer o que é depois? A linguagem da literatura é a busca desse momento que a precede [...] Onde reside então minha esperança de alcançar o que rejeito? Na materialidade da linguagem, no fato de que as palavras também são coisas, uma natureza, o que me é dado e me dá mais do que compreendo. Ainda há pouco a realidade das palavras era um obstáculo. Agora ela é a minha única chance. O nome deixa de ser a passagem efêmera da não existência para se tornar um bolo concreto, um maciço de existência. (BLANCHOT, 1997, p. 315).

Também, na teoria da enunciação desenvolvida por Émile Benveniste (1989), verifica-se uma análise voltada à maneira como a língua pode ser mobilizada por propriedades que ultrapassam o seu aspecto formal. Para essa análise, considera-se o ato individual de linguagem, ou seja, a forma como a língua pode ser acionada pelo falante em determinado contexto e a partir de certa finalidade linguística: “É preciso ter cuidado

com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...] Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua própria conta” (BENVENISTE, 1989, p.82).

Além disso, para Benveniste (1989, p.97), existe no emprego da língua uma força de coesão capaz de suplantar as diferenças do uso individual da linguagem, estabelecendo-a como o elemento constitutivo de identidade em uma dada sociedade: “a língua é o interpretante da sociedade [...], a língua contém a sociedade”. Portanto, a língua, ao mesmo tempo em que se estabelece como mecanismo preexistente ao sujeito, do qual este último depende para inserir-se socialmente – “língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza” (BENVENISTE, 1989, p.96) –, configura-se, pela enunciação, como o ato individual pelo qual o locutor é introduzido na linguagem. É desse modo que a teoria da enunciação ressalta a existência da língua como uma potência, um devir, vinculada à apropriação que dela faz o falante.

Nesse sentido, o conceito de língua, tal como concebido por Benveniste, aproxima-se daquilo que Blanchot (1997, p. 315) designou como “maciço de existência” ao se referir à palavra advinda da relação entre a literatura e a linguagem. Assim como em Blanchot, a língua, na perspectiva da enunciação, possui uma realidade anterior ao ato da fala propriamente dito – “uma natureza, o que me é dado e me dá mais do que compreendo” (BLANCHOT, 1997, p.315) – mas que, paradoxalmente, só se tornará efetiva a partir do momento em que for apropriada pelo falante, por um ato individual de linguagem.

Entendemos assim que a enunciação reafirma o lugar do silêncio e da morte no uso mesmo da linguagem. Revelando-se simultaneamente como um campo de negação e afirmação, a enunciação diz respeito a uma anterioridade que subjaz, silenciosa, na ocorrência da palavra.

Benveniste (1989, p.84) assinala que “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno”. Dessa maneira, a presença dos índices *eu* e *tu* no texto enunciado evidencia o lugar-limite constitutivo da enunciação, pois, verificando que esses índices se produzem apenas na e pela enunciação, percebemos como eles remetem às instâncias interna e

externa do discurso: “[...] o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (BENVENISTE, 1989, p.84).

Portanto, os índices mencionados explicitam o funcionamento da enunciação, acrescentando-lhe a problemática da apropriação da língua pelo sujeito, de acordo com a posição deste no discurso. Sim, pois o indivíduo, ao fazer uso da linguagem, insere-se na cadeia significante como um “lugar vazio”, como lacuna entre o que existe como possibilidade de se dizer e o que, de fato, é enunciado.

Nesse sentido, Lacan, *n’O Seminário*, livro 11 (1985), ao analisar o estatuto da verdade presente em determinados enunciados, verificará que o *eu* da enunciação não coincide com o *eu* do enunciado:

Coloquemos sobre esse esquema o *eu penso* cartesiano. Certamente, a distinção da enunciação e do enunciado é o que faz seu deslizamento sempre possível e o eventual ponto de tropeço. [...] tudo que anima, ou de que fala toda enunciação, é desejo. (LACAN, 1985, p.134)

Ao ressaltar a distinção entre enunciação e enunciado e o deslizamento de sentido dela decorrente, Lacan também aponta para o eventual “ponto de tropeço” presente no ato da linguagem. Isso porque o *eu* da enunciação, constituído pelo desejo, não poderá ser inteiramente representado pelo *eu* do enunciado. Essa não representação colocará em xeque o estatuto da verdade, já que o “tropeço” diz respeito ao lapso, à disjunção entre o desejo e a palavra no ato da fala.

É dessa maneira que o sujeito se reafirma como um “lugar vazio”, como um intervalo entre o desejo e a língua, entre o dito e o dizível. Nessa perspectiva, o sujeito, atravessado pela linguagem, apresenta-se, no limiar da língua, habitado pela ausência e pelo silêncio.

Assim, em *Amigo e Amiga*, percebemos que há um trabalho com a linguagem que, por via da escrita, pretende dar passagem ao silêncio que se insinua na palavra literária, e que também reside no próprio sujeito da escrita. Ao aproximarmos o trabalho com a linguagem, tal como se dá nesse livro, do mecanismo da enunciação, postulado por Benveniste, verificamos como a escrita pode dizer desse campo-limite que abriga o devir da palavra e a sua efetiva presença: ruído e silêncio, vida e morte.

Por isso mesmo, em *Amigo e Amiga*, a experiência com a escrita constitui-se como uma forma de contenção, de resistência à dor, propiciada pela palavra literária. Esta palavra, por conter em seus limites o incontido do desejo, confere força de existência àquilo que, biograficamente, não alcança o que está oculto nas palavras e nos fatos. Assim, Llansol escreve sobre a morte de Nómada e faz desse silêncio a matéria em torno da qual o texto se tece. Sim, pois, na fronteira da escrita, no litoral que é a palavra – a letra² – o silêncio não submerge, mas fica em suspenso, podendo ser ainda pronunciável. Como nos diz Llansol,

Uma revoada, com orlas pálidas no dorso, sobressaltou-se.
Jorraram fluidos, impelidos por partículas de silêncio que se moviam com desigual intensidade: _____ acautelar o silêncio _____ cumpri-lo efectivamente para que não nos rompa; verificar que ele é um Fluido, e que as imagens são ainda um simulacro das imagens do silêncio e que – sobre ele – a própria cor é inútil.

Este silêncio – aqui –, é ainda papel que dominei com linhas de tinta e, ao relê-lo, inexprime-se porque eu choco o seu olhar quando o fluido se suspende sobre o seu fundamento. (2006, p.217).

A ESCRITA COMO TESTEMUNHO

Escrever para testemunhar é, talvez, tarefa de todo escritor. Encontrar na escrita o reduto do silêncio e, pela letra, bordejar aquilo que se cala – ou que se calou – é tornar-se, irremediavelmente, um sobrevivente da linguagem. A escrita, nesse sentido, é a força que advém da ausência, é o rastro que as palavras deixam em seu curso, testemunhando aquilo que, mesmo se dizendo, ainda não se pode dizer. Assim,

² O conceito de *letra*, formulado por Lacan, explora as correspondências sonora e gráfica entre as palavras “carta” e “letra” no idioma francês (*lettre*), assim como no inglês (*letter*), aproximando tais termos de *litter* que, no idioma inglês, significa “lixo”. Através dessas aproximações, Lacan irá resgatar a raiz latina *lino*, presente na palavra *litura* e *liturarius*, indicando a existência de uma escrita que, diferentemente do que se concebe como “literatura”, é formada por rasuras, por marcas. Portanto, a noção de *letra* refere-se à “ideia do escrito como ‘sulco’ [...] ‘rasura’”. Lacan evoca esse aspecto [...] a partir de uma pequena história extraída da sua biografia. Do avião, em viagem de retorno à França após uma segunda visita ao Japão, Lacan avista, por entre as nuvens, a planície siberiana, com seus sulcos e cursos d’água. É dessa paisagem avistada do alto que Lacan irá buscar apoio para figurar a letra como litoral entre a ordem simbólica e a dimensão de um real que estaria além”. MANDIL, 1999, p. 59. A respeito da formulação feita pelo próprio Lacan sobre o conceito de *letra*, ver LACAN, 1986.

[...] cada palavra, cada escritura nasce [...] como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se (AGAMBEN, 2008, p.45).

Em *Amigo e Amiga*, a autora é uma testemunha contundente: presença, como sujeito civil, a morte de seu “amigo”; manifesta, como escritora, a experiência de ter assistido à morte do amado. Por isso, ela se declara uma “sobrevivente”. Aquela que vive agora a dor da ausência de Nómada e nos dá o seu testemunho:

_____ lembrei-me, logo a seguir e por consequência, que era necessário falar com intrepidez para os que ficavam, e do lado dos que ficavam, da experiência abusiva da morte.
Quem tinha decidido que eu devia sofrer aquilo?
Mas decidir sofrer *aquilo*
sou eu (LLANSOL, 2006, p. 16).

Segundo Agamben (2008, p. 27), em latim, há duas palavras para designar testemunha: *Testis*, que “significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” e *superstes*, que indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso.

A idéia de sobrevivência, tal como se apresenta no testemunho, relaciona-se ao fato de alguém estar vivo para narrar um acontecimento que outrem, por ausência ou insuficiência, não pôde fazê-lo. Nesse caso, sobreviver também significa a possibilidade de permanência, de continuidade de um acontecimento, por meio da linguagem. Assim, pelo testemunho, os acontecimentos resistem ao desaparecimento e ao silêncio: “Meus passos sobrevivem, / e recolho-me a uma porta para, parada, / passear melhor os olhos” (LLANSOL, 2006, p.188).

No entanto, Primo Levi (LEVI, 1997 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 42), sobrevivente dos campos de concentração nazistas – escritor judeu a partir do qual Agamben desenvolve seu estudo sobre o texto testemunhal –, declara haver uma lacuna em todo

testemunho. Outros sobreviventes reafirmam esta lacuna, dizendo que aqueles que “não viveram aquela experiência nunca saberão o que ela foi; os que a viveram nunca o dirão; realmente não, não até o fundo” (WIESEL, 1975, p.214 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 42). Portanto, situando-se como uma lacuna, como aquele que viveu uma experiência, mas não chegou ao seu fundo, a testemunha representa o limiar entre aquilo que poderia ser dito e o impossível de se dizer. No testemunho, haverá sempre algo de não testemunhável, algo que foi definitivamente silenciado, pois “o passado pertence aos mortos” (WIESEL, 1975, p. 314 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 42). As palavras de uma testemunha serão sempre incompletas, insuficientes para exprimir toda a verdade de uma experiência. Assim como o sujeito da enunciação, tal como compreendido por Benveniste, uma testemunha se situa, como uma lacuna, entre a exterioridade e a efetividade da palavra³.

Por isso, a questão da verdade torna-se capital no testemunho. Como vimos em Lacan, há uma disjunção entre enunciação e enunciado no que concerne à representação do desejo, comprometendo o valor de verdade atribuído às palavras. Assim também, no testemunho, o recurso à memória deve ser relativizado. Ao se narrar o que foi presenciado a partir do “lugar vazio” que é o sujeito da linguagem, a testemunha lança mão da sua memória que, no entanto, não coincide necessariamente com uma verdade factual.

Freud (1976)⁴, ao analisar a ocorrência do esquecimento e, por conseguinte, a da memória, no aparelho psíquico, esclarece que

A função da memória, que consideramos como um arquivo aberto a qualquer um que seja curioso, é desse modo sujeita à restrição por uma tendência da vontade, exatamente como qualquer parte de nossa atividade dirigida para o mundo externo (1976, p.324).

³ Cabe lembrar, aqui, a noção desenvolvida por Llansol, em sua obra, sobre o *corp'a'screver*, pela qual a autora condensa as imagens de escrita e de corpo em uma só figura. Através dessa noção, Llansol indica – à maneira daquele que viveu um acontecimento e chegou a seu fundo – a impossibilidade de se dizer completamente da experiência de um corpo acometido pela escrita: “[...] Há, pela última vez o digo, três coisas que metem medo. A terceira é um *corp'a'screver*. Só os que passam por lá, sabem o que isso é. E que isso justamente a ninguém interessa.” LLANSOL, 1999, p.10. (Trecho extraído do prefácio assinado por A. Borges, provável pseudônimo de Llansol, no *Livro das comunidades*).

⁴ Original publicado em 1898.

É desse modo que devemos relacionar a idéia de verdade com o sentido mais amplo de uma experiência com a literatura. Uma experiência que é, para além das verdades instituídas, a expressão do lugar-limite entre o desejo e a linguagem, sendo, portanto, o lugar de uma ausência de representação, impossível de se exprimir totalmente.

A escrita de *Amigo e Amiga* nos diz da impossibilidade de se exprimir toda a verdade de um acontecimento. Llansol realiza uma experiência com a linguagem onde procura ultrapassar os limites da dor. Entrega-se à escrita como um trabalho ético em que a dor é suplantada pela potência de agir.⁵ Nesse sentido, o texto de Llansol atribui uma forma de sobrevivência àquilo que já se silenciou. Diante do indizível, da impotência de dizer, a autora oferece seu testemunho à medida que persevera na escrita. Abre-se, então, um caminho de silêncio em que a palavra não se conforma a uma verdade prévia e, nem mesmo, à hipotética memória sobre um fato. Ao contrário, o percurso ético da escrita se dá na medida em que ele mobiliza o dentro e o fora da língua, encontrando uma forma de significação distinta do que seja a verdade de uma língua ou de uma sociedade.

Nessa perspectiva, a linguagem literária será aquela capaz de criar uma língua dentro da língua, ou seja, um espaço de sobrevivência, ou de resistência, para aquilo que é essencialmente silêncio. Talvez seja por isso que Agamben (2008, p.157) diga que “o isolamento da sobrevivência em relação à vida é precisamente o que o testemunho refuta com cada uma de suas palavras.” Não se tratando da negação de um fato doloroso, não se tratando, portanto, da supressão da memória, mas também, não se apoiando em uma verdade totalizadora, a escrita testemunhal encontra-se em uma zona híbrida em que o silêncio e a palavra comungam de uma mesma forma de linguagem.

Em *Amigo e Amiga*, Llansol parte do lugar híbrido da escrita para testemunhar:

E, à medida que esta implicação na dor própria se diluía,
que esta atracção pela dor própria se diluía,

⁵ Sobre a “potência de agir”, conceito formulado por Spinoza, ver DELEUZE, 2002, p. 61. Deleuze explica que, segundo Spinoza, tudo o que envolve a tristeza é considerado como mau, por nos separar da potência de agir. E destaca que, não somente o pensamento da morte, mas a esperança e a segurança significam a impotência.

princípiei a reparar que a claridade avançava para estere, estere⁶ para a janela, e a janela para a abertura do horizonte de Parasceve, onde habitavam os híbridos, e as suas metamorfoses.

Com tal claridade, o texto impunha-se – autónomo –, não dependente do ser humano, nem inserível (LLANSOL, 2006, p.204).

Por outro lado, Agamben (2008, p. 149 e150) diz que o termo “autor”, tal como nós o concebemos na modernidade, afirmou-se tardiamente e deriva-se etimologicamente do vocábulo latino *auctor*. Esclarece ainda que, em sua origem latina, um dos significados do termo *auctor* era o de “testemunha”. Segundo Agamben, a correspondência entre os termos *auctor* e *testemunha* reside no fato de ambos indicarem a existência precária de algo anterior, cuja realidade deverá ser comprovada por meio do autor-testemunha. O gesto do autor é sempre movido por algo insuficiente, que o precede, e ao qual, como testemunha, ele vem dar legitimidade.

Será justamente essa consistência que o sujeito-autor, na sua função de testemunha, terá como tarefa trazer para o campo da escrita. A palavra da literatura é, dessa maneira, aquela cuja ética se exerce na medida em que busca ultrapassar os limites da verdade factual, da memória, e mesmo da própria linguagem. É nesse sentido que o testemunho e o não-testemunhável são partes indissociáveis de uma mesma potência.

Em *Amigo e Amiga*, Llansol se reporta ao indizível da morte, dando-lhe a consistência da palavra literária. Por esse motivo é que se percebe no livro um esforço ético da autora. Ao se voltar à dor da morte a que testemunha, Llansol busca romper os limites dessa dor através da experiência literária. O trabalho com a palavra propicia à autora o encontro com uma outra forma de linguagem que, por não pretender corresponder à verdade, nem fazer reviver a memória, está em contato com a voz silenciosa que se dá no “lugar vazio” que é o sujeito atravessado pela linguagem. Desse lugar vazio, o autor, testemunha de algo que o antecede e o ultrapassa, pode falar em nome daqueles que, por impossibilidade, se silenciaram. Assim, nos diz Llansol:

Se o medo brilhou no sol, foi confortado por um pequeno poema que o doente me deu como oferta:

⁶ “Estere” é o nome dado a uma figura do livro *Amigo e Amiga*, uma “metamorfose” da mulher cuja voz se faz presente no texto: “[...] E se, em vez de ser sempre designada por a *mulher* – a mulher decepada, a mulher da noite obscura, a mulher cortada cerce e até, com menor efeito de leitura, por a mulher cortada, / lhe fosse oferecido o nome de *estere* – medida de volume para madeira ou lenha –, dado o seu incontornável bom senso celeste?”. LLANSOL, 2006, p.128.

Nenhuma palavra é poética. Nenhuma. (Nem o verbo ser)
Tudo é hermético...pelos que vieram antes de nós.

Caiu ainda mais o levíssimo silêncio porque o ofertante foi deixado de se ouvir:

Amiga, queres abrir comigo algumas palavras (só as que forem suficientes para continuarmos juntos...) Não gostam de ser utilizadas... e sem elas morremos sós. (2006, p.201).

OS RASTROS DO SILÊNCIO: OS BIOGRAFEMAS

Agamben, ao falar da escrita testemunhal e sua relação com a enunciação, nos diz que o testemunho se dá por um processo de subtração do “arquivo” que constitui a língua, ou seja, por uma operação em que as palavras são subtraídas da língua considerada como potência, como dizível⁷. Dessa forma, para Agamben, o testemunho não se dá apenas por uma possibilidade de dizer, mas também porque, em sua efetividade, existe, latente, a impossibilidade de dizer, o silêncio.

O sujeito, ao mobilizar a língua, parte de uma potência de linguagem que preexiste silenciosa. Por isso, no testemunho, o uso da língua é dado por uma “contingência”, por aquilo que sobrevive à impossibilidade, que escapa ao silêncio, constituindo-se como palavra.

A contingência não é uma modalidade entre tantas [...] é o dar-se efetivo de uma possibilidade, o modo no qual uma potência existe como tal. Ela é acontecimento (*contingit*), considerado do ponto de vista da potência, o dar-se de uma cisão entre um poder ser e um poder não ser. Este dar-se encontra, na língua, a forma de uma subjetividade. A contingência é o possível posto à prova em um sujeito (AGAMBEN, 2008, p.147).

⁷ É necessário aqui mencionar a distinção que Agamben estabelece entre a língua tomada como o “arquivo”, segundo Foucault, e o uso da língua como testemunho. Agamben destaca que, na perspectiva foucaultiana, o arquivo é aquele que considera “os enunciados não do ponto de vista do discurso em ato, mas daquele da língua, olhando a partir do plano da enunciação não em direção ao ato da palavra, mas na direção da *langue* como tal”. O testemunho se difere dessa proposição de Foucault, na medida em que identifica a existência de um sujeito no ponto de cisão do arquivo linguístico, ou seja, no ponto que demarca tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de dizer: “Enquanto a constituição do arquivo pressupunha deixar fora do jogo o sujeito, reduzido a simples função ou a uma posição vazia, e o seu desaparecimento no rumor anônimo dos enunciados, no testemunho a questão decisiva se torna a posição vazia do sujeito”. AGAMBEN, 2008, p. 146.

A possibilidade de dizer é, pois, aquilo que permite a subjetivação, enquanto “ser sujeito e testemunhar são, em última análise, uma única realidade” (AGAMBEN, 2008, p. 158). Ao mesmo tempo, a possibilidade de tornar efetiva a palavra, pelo enunciado, pressupõe a impossibilidade de dizer como força intrínseca ao processo de subjetivação. Nessa perspectiva, o autor é justamente o sujeito que testemunha uma dessubjetivação, pois mobiliza a língua, tornando possível aquilo que preexistia apenas como potência e silêncio. A palavra literária surge, então, como resíduo, como o que resta do uso que o sujeito-autor faz da linguagem: “Os poetas – as testemunhas – fundam a língua como o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade – de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 158).

Ao se considerar a palavra literária como resto, como resíduo da relação estabelecida entre o autor e a linguagem, associaremos essa noção de Agamben ao que Roland Barthes teoriza sobre os vestígios que um autor pode deixar ao longo da obra, os *biografemas*.

No ensaio “A morte do autor” (1984), Barthes diz que a figura autoral é uma construção moderna, vinculada ao modo de vida burguês que prevalece ao final do século XVIII. Desse modo, a relevância dada à figura do autor decorre do individualismo caracteristicamente burguês. Diante do valor então atribuído ao indivíduo, torna-se uma tarefa da crítica apreender a personalidade do escritor que, supostamente, está na obra literária. Na perspectiva de Barthes, portanto, o autor morre quando não é mais suposto como detentor da obra, não sendo mais considerado como lugar de origem da escritura.

No entanto, posteriormente ao texto “A morte do autor”, em *Sade, Fourier, Loyola* (2005), Barthes admite o retorno do sujeito da escrita à cena da obra. Porém, nesse retorno, o que identificará o autor, diferentemente da tentativa de apreensão da sua individualidade, é aquilo que Barthes designa como *biografemas*⁸, entendidos como traços, restos de vida deixados pelo autor na superfície do texto. Como esclarece François Dosse,

⁸ Barthes não faz uma descrição científica sobre os biografemas, mas, por um recurso pertinente à idéia, sugere, nos entremeios de seu texto, que eles sejam traços de vida, pormenores que identifiquem a vida (*bio*) de um autor no percurso da obra: “[...] se eu fosse escritor, já morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: ‘biografemas’, cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino e vir tocar, à maneira dos átomos epicurianos, algum corpo futuro, prometido à mesma dispersão [...]”. BARTHES, 2005, p.16-17.

O “biografema” surge numa sólida relação com o desaparecimento, com a morte; remete a um tipo de arte da memória, a um *memento mori*, a uma evocação possível do outro que já não existe. Barthes propõe uma evocação superficial por meio de um detalhe distanciador e revelador de uma singularidade (DOSSE, 2009, p. 306): “É um traço sem união... O biografema não define nunca. Não cabe sequer numa definição. Trata-se, pois, de um bom objeto. Diferentemente da imagem, ele não adere, não é pegajoso, mas desliza...” (GAILLARD, 1991, p.102 *apud* DOSSE, 2009, p. 306).

Assim, os *biografemas* podem remeter ao sujeito da escrita por meio de alguns detalhes, alguns “traços sem união” capturados em seu testemunho. Numa perspectiva psicanalítica, os *biografemas* podem ser pensados como aquilo que deflagra o desejo de um sujeito no uso que ele faz da linguagem.

Se os *biografemas* dizem respeito à figura autoral e àquilo que permanece como o *resto* da sua presença no corpo da escrita, pode-se considerar que as palavras de um autor-testemunha permanecem como os *biografemas* do não-testemunhado. Sim, pois, se a linguagem, ao ser mobilizada pelo sujeito da escrita, atesta, por contingência, aquilo que, antes, não poderia ser dito; se a subjetividade, dada pela possibilidade de testemunhar, relaciona-se à dessubjetivação inerente ao processo de linguagem, então, pode-se entender que as palavras do autor trazem-nos, pelos *biografemas*, os rastros de presença daquilo que subsiste como ausência e silêncio. Como diz Agamben (2008, p.160), “a palavra poética é aquela que se situa, de cada vez, na posição de *resto*, e pode, dessa maneira, dar testemunho”.

Em *Amigo e Amiga*, ao se reportar à morte de Nómada, a autora dá um duplo testemunho: ao dizer da morte, por via da escrita, a autora é a sobrevivente que testemunha a dessubjetivação do seu “amigo” e, ao mesmo tempo, o trabalho com a escrita se torna a maneira de testemunhar o silêncio que se oculta na linguagem:

Assisti à doçura da sua morte. O que me rompe o coração de estrelas. Traçando os pés, a síntese do seu rosto estava completa. Sempre tive uma tendência para estudar, por escrito, o nascimento. Agora, experimentalmente, estudo a morte que se apaga em escrita. Escrita nossa. (LLANSOL, 2006, p.36)

Percebe-se que há um desdobramento da abordagem do texto – a morte de Nómada – à medida que a própria linguagem empregada na escrita faz referência à morte subjacente na palavra literária. O trabalho com a escrita é, por isso, aquele que pode

resistir à dor da ausência vivida por quem escreve. Pela possibilidade de conferir existência às palavras, há um processo de subjetivação que ocorre na medida em que a autora testemunha, a um só tempo, o silêncio presente na morte e na palavra literária:

O meu texto mordía e, ao morder-me, ficava transparente uma auréola de consolação, em que uma dor vitoriosa cobria outra dor. Com constância me vinha ao espírito “sei” e “seio”. “Sei” nosso e “seio” nosso – o meu,

e já o corpo, moderado pela placa da inteligência,
se não me afigurava uma rosa insustentável. (LLASOL, 2006, p.16).

Por isso, o “método biográfico” utilizado para compor a escrita de *Amigo e Amiga* refere-se a um percurso *biografemático* e não propriamente à escrita autobiográfica. Isso porque o texto se configura de forma fragmentária, tanto no que concerne à estrutura da escrita, como ao reconhecimento dos traços de vida inscritos na obra, remetendo mais ao desejo daquele que escreve que ao registro, ao “arquivamento” dos fatos abordados. Os *biografemas*, assim, à medida que trazem traços, rastros da presença do “amigo”, e da própria escritora, para o curso da leitura, podem testemunhar sobre o silêncio que percorre, como um rio, esse texto que avança entre o desejo e a palavra.

[...] Assim, ele, partido em fragmentos, move-se, flutuando, por impulso do ar. É um homem quotidiano, sem nenhum sinal de ilustração nas mãos e/ou no rosto. Os olhos percutentes encontram os meus. Quem diria que são olhos dormentes? O silêncio. O silêncio.

Quando o azul desce, e se transforma no negro chumbado da noite, acende-se sobre ele uma densidade que o protege, e lhe permite continuar a vadiar. Convido-o para o meu quarto, que se desfaz na espuma do texto (LLANSOL, 2006, p.11).

CONCLUSÃO

Ao se abordar o *curso de silêncio* presente na escrita de *Amigo e Amiga*, de Maria Gabriela Llansol, verificou-se como, com Benveniste e Blanchot, pôde-se percorrer o “lugar vazio” ocupado pelo sujeito da escrita que, sendo também o sujeito de uma

enunciação, encontra na língua um campo de forças que se mobilizam na exterioridade e interioridade do discurso.

Assim, com Agamben, pudemos ver como o sujeito, ao tornar possível a palavra, testemunha um silêncio que existe latente no processo de linguagem. Vimos que a figura do autor é a autêntica testemunha, já que, trabalhando a palavra, por via da escrita, pode dar o seu testemunho acerca daquilo que não se manifesta como linguagem.

Através da análise do termo “autor”, realizada por Agamben, verificou-se que o autor é o sujeito ético que, como tal, indaga o estatuto da verdade. Em *Amigo e Amiga*, o esforço ético de escrita é percebido pela maneira com que a autora recorre ao uso das palavras para testemunhar a morte do seu “amigo”, não esperando encontrar, por via do texto, nenhuma verdade além daquela possibilitada pela experiência literária. Ao contrário, a escrita se desenvolve na medida em que a “potência de agir” não procura anular a dor advinda da morte, realizando-se ao mesmo tempo em que o trabalho com a escrita possibilita a coexistência de forças aparentemente contrárias (vida e morte, silêncio e palavra) no espaço da criação literária.

Observamos então que a autora deixa vestígios de sua vida no texto, assim como indica rastros da presença do “amigo”, cuja morte ela testemunhou. Por meio do *resto*, daquilo que permanece da relação subtrativa do sujeito com o “arquivo” linguístico, o “método biográfico” da sua escrita pôde ser confirmado. Considerando o *resto* referido por Agamben como aquilo que Barthes nomeou como *biografemas*, pudemos encontrar as marcas de desejo do sujeito da escrita, pelos quais identificamos, fragmentariamente, sua *bio* (vida) no trajeto da obra. Dessa forma, as próprias palavras encontram-se como marcas biografemáticas de uma existência anterior e silenciosa que foi interceptada pela literatura.

Tendo em mente que “o sujeito é, sobretudo, o campo de forças sempre já atravessado pelas correntes incandescentes e historicamente determinadas da potência e da impotência, do poder não ser e do não poder não ser” (AGAMBEN, 2008, p.148-149), entende-se que Maria Gabriela Llansol, ao testemunhar sobre a morte, por meio da escrita, pôde atravessar a dor da perda, constituindo-se como “sobrevivente” de uma experiência com a língua em que “o campo de luta é a subjetividade” (AGAMBEN, 2008, p.148).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editoria, 2008.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 65-70.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 3 ed. São Paulo: Pontes Editores, 1989.

BLANCHOT, Maurice. A literatura e o direito à morte. In: *A parte do fogo*. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.291-330.

BLANCHOT, Maurice. A experiência de Mallarmé. In: *O espaço literário*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.31-42.

DELEUZE, Gilles. *Espinoso: Filosofia prática*. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FREUD, Sigmund. O mecanismo psíquico do esquecimento. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. Themira de Oliveira Brito, Paulo Henrique Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. III (1893-1899), p.315-326. Original publicado em 1898.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1997.

GAILLARD, Françoise. “Roland Barthes: Le biographique sans la biographie”. *Revue des Sciences Humaines*, nº224, out.-dez., 1991.

LACAN, Jacques. Análise e verdade ou o fechamento do inconsciente. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M. D. Magno. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *Lituraterra*. In: *Che voi?* Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 17-31, 1986.

LLANSOL, Maria Gabriela. *Amigo e Amiga - curso de silêncio de 2004*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

LLANSOL, Maria Gabriela. *O livro das comunidades*. 2.ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

LEVI, P. *Conversazioni e interviste 1963-1987*. Torino: Einaudi, 1997.

LOPES, Silvina Rodrigues. *Teoria da Des-Possessão* (Ensaio sobre textos de Maria Gabriela Llansol). Lisboa: Black Sun Editores, 1988.

MANDIL, Ram. *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Tese de Doutorado, Literatura Comparada).

WIESEL, Elie. "For some Measure of Humility". *Sh'ma: A journal of Jewish Responsibility*, N. 5, 31 october, 1975.